

Revista Iberoamericana de Turismo



Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano – o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG¹

Marilêne Auxiliadora Marinho

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

E-mail: marinho.marilene@gmail.com

Resumo

Este artigo, que é parte da dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Puc-Minas, intitulada “O Poder de um Lugar: Memórias, usos e representações do Largo de Coimbra (Ouro Preto/MG)”, propõe uma discussão acerca da tensão entre o patrimônio e o uso comercial de espaços públicos. Buscou-se, nesse contexto, problematizar a questão da transformação e suposta decadência do espaço público na vida moderna; as estratégias urbanas de programação das cidades para o consumo e lazer, e a questão do patrimônio nesse universo, tomado como capital imobiliário que, muitas vezes, desencadeia processos de gentrificação frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano. Para tanto, tomamos como objeto de análise o espaço público Largo de Coimbra, no centro histórico da cidade de Ouro Preto (Minas Gerais), contemplando as transformações sofridas por esse espaço urbano cuja trajetória coincide com a trajetória das políticas de preservação de Ouro Preto ao longo do século XX.

Palavras-chave: Espaço público. Patrimônio cultural. Planejamento urbano. Ouro Preto.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma discussão acerca da tensão entre o patrimônio e o uso comercial de espaços públicos, tomando como objeto de análise um espaço público de uso comercial que é considerado patrimônio da cidade de Ouro Preto – MG: o Largo de Coimbra.

Desde a supressão do antigo mercado (1946-1947), que conferiu uma nova paisagem ao Largo de Coimbra (evidenciando a Igreja de São Francisco de Assis, obra-prima de Aleijadinho), alguns projetos foram cogitados para o referido espaço (como um projeto de autoria atribuída a Lúcio Costa, no ano de 1945, conforme evidências encontradas em correspondências entre este e técnicos do SPHAN). No entanto, nenhum dos projetos pensados até hoje vingou. O local acabou sendo apropriado, desde a década de 80, por um grupo de artesãos que estabeleceu ali a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. Atualmente, há certa insegurança entre os feirantes, em função de um prenúncio da administração municipal anterior que, com o início das obras de restauração da antiga Santa Casa de Ouro Preto para criação do Paço da Misericórdia, onde funcionaria o Centro de

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Uma versão foi publicada nos Anais do evento

Artes e Fazeres de Ouro Preto, pronunciou que a Feira de Artesanato seria transferida para o referido Paço. Algumas demonstrações de resistência vêm se esboçando, como matérias em jornais locais defendendo a permanência da Feira e convocando a comunidade ouro-pretana a se manifestar. Fato é que existem muitas pessoas que são contra a retirada da Feirinha e outras tantas, a favor. Esse impasse já vem se arrastando há vários anos – em distintos governos, a administração municipal tem apresentado o interesse em retirar a Feira de Artesanato daquele local. Os feirantes, por sua vez, buscam alternativas que garantam a manutenção da Feira ali, além de melhores condições de trabalho e infraestrutura.

Para desenvolvimento da pesquisa da qual resultou o presente artigo, partimos do seguinte problema: como foram construídas as configurações do espaço da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra ao longo de sua história e em que medida as suas representações simbólicas, historicamente tecidas pelos seus atores sociais, fazem da Feira de Artesanato um patrimônio cultural? E quais são as implicações do uso comercial de um espaço público que é patrimônio?

O objeto empírico deste estudo de caso é o uso comercial do espaço público: o comércio que muitas vezes é tido como algo negativo a esse espaço, daí as políticas de remoção das atividades comerciais nesses locais. O lugar da pesquisa é o Largo de Coimbra, localizado no centro histórico da cidade de Ouro Preto-MG, por se tratar de um espaço de comércio e, ainda, uma área que integra o conjunto arquitetônico que é considerado patrimônio ouro-pretano.

O artigo objetiva, assim, assimilar as implicações do uso de um espaço público que é patrimônio através da compreensão do espaço público Largo de Coimbra, sua história e as representações simbólicas de seus atores sociais; partindo da hipótese de que o uso comercial do espaço público não necessariamente implica em sua privatização, mas concorre para sua vitalidade e reativação como espaço público à medida que intensifica e diversifica o seu uso, contribuindo para um não esvaziamento do sentido público de espaços urbanos de uso comercial.

2 ESPAÇO PÚBLICO EM DECLÍNIO?

No debate atual acerca do espaço público, alguns autores defendem que, em função de uma predileção cada vez maior por espaços privados ou “pseudopúblicos”, mudanças significativas vêm ocorrendo nos espaços públicos das cidades, tendo como principal consequência o declínio da função social destes. Essas mudanças trazem à tona novas discussões que desencadeiam a necessidade de novas definições para qualificar como públicos determinados espaços urbanos que contemplem a dimensão entre espaço físico e urbano e a sociabilidade pública.

Sennett (1988), em seu livro “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade”, aponta para uma série de mudanças que ocorreram no âmbito das sociedades nos séculos XVIII e XIX, com um esvaziamento da esfera pública em decorrência de um isolamento do homem moderno, que estaria cada vez mais voltado para a vida privada. O autor assinala como símbolos da sociedade contemporânea o desequilíbrio da vida privada e o esvaziamento da vida pública. Para ele, em função desse “isolamento social”, em que os habitantes de uma cidade são inibidos a sentirem qualquer relacionamento com o meio, tem havido um desgaste significativo da vida pública. E o fato de a sociedade manifestar-se cada vez mais individualista, com as pessoas valorizando o lugar da intimidade em detrimento da vida pública, a qual teria, segundo ele, se transformado numa obrigação, acarretou mudanças significativas na esfera pública que reverberaram no espaço público,

causando o seu esvaziamento. Nesse sentido, os espaços vazios programados para o encontro, para as sociabilidades, passam a servir apenas como locais de passagem, um meio para se chegar a uma finalidade, implicando numa completa descaracterização do espaço público. (SENNETT, 1988).

Numa interpretação que prega a perda da esfera pública em função de um crescimento da criminalidade, Teresa Caldeira ressalta a questão das diferenças sociais, que se consolidam pelo uso de espaços privatizados que segregam e discriminam. A crescente criminalidade, responsável por tornar cada dia mais tensos os encontros nos espaços públicos, teria criado, na concepção de Caldeira, um “novo padrão de segregação urbana baseado na criação de enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p. 11). Para a autora,

À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente. (CALDEIRA, 2000, p.301).

Caldeira aponta que “esse novo padrão de segregação urbana” representado pelos “enclaves fortificados” provoca transformações nas cidades contemporâneas especialmente no que tange às concepções do público, exemplificando “a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano” (CALDEIRA, 2000, p.11). Citando como exemplo São Paulo e Paris, a autora argumenta que, marcadas pelas desigualdades sociais e segregação, as cidades contemporâneas e seus espaços são apropriados distintamente por grupos diversificados, conforme sua posição social e poder. Ela defende a tese de que as transformações nos diversos espaços das cidades em virtude de muitas das mudanças nos seus espaços urbanos, a exemplo de São Paulo e Los Angeles, causaram maior segregação entre os grupos sociais, “que estão cada vez mais confinados a enclaves homogêneos” (CALDEIRA, 2000, p.339). A autora ressalta ainda que a “privatização e fronteiras rígidas (tanto materiais como simbólicas) fragmentam continuamente o que costumavam ser espaços mais abertos e servem para manter grupos separados” (CALDEIRA, 2000, p.339). As consequências dessa fragmentação e privatização, como alerta Caldeira, são severas e provocam alterações substanciais na vida pública, sendo o espaço público das cidades a arena na qual essas tendências antidemocráticas reverberam. É essa fragmentação e consequente privatização do espaço público que impossibilitam a instauração do “espaço moderno democrático” que, na cidade moderna, se cristaliza no espaço em que a interação social acontece a despeito das diferenças dos cidadãos e onde prevalece a tolerância às diferenças sociais e os encontros anônimos (CALDEIRA, 2000).

Teóricos como Sennett e Caldeira que, no debate acerca dos usos e apropriações do espaço público, diagnosticam a perda de vitalidade desses espaços na contemporaneidade, conforme aponta Andrade e Batista (2013), não levam em conta a resistência ou os contra-usos do espaço público. Essa resistência ou esses “outros usos” (que não aqueles planejados) ocorrem especialmente quando se trata de transformações no espaço urbano em função de processos de renovação como revitalização, requalificação, reabilitação. Tais processos de renovação desencadeiam ações reflexivas: à medida que tendem a moldar as configurações sociais do espaço público, atribuindo-lhes novas formas e sentidos, são moldados pelas práticas sociais, numa “subversão prática e simbólica” dos usos do espaço (LEITE, 2006), dando-lhes novos usos e novos sentidos.

Assim como Leite (2001, 2004, 2006), em um contraponto a esse debate acerca de uma decadência do espaço público, diferentes autores (SOBARZO, 2006; ANDRADE;

JAYME; ALMEIDA, 2009; ANDRADE;BAPTISTA, 2013; LOPES, 2007) argumentam a partir de pesquisas realizadas especialmente no Brasil e em Portugal que o espaço público não está em declínio, mas em transformação e afirmam que muitos espaços públicos ainda mantêm grande vitalidade.

Leite (2008, p.35) aponta “uma falsa sinonímica criada entre os termos espaço urbano, esfera pública e espaço público” como responsável, em parte, “pelo generalizado obituário que permeia a discussão contemporânea sobre cidades e vida urbana”. Para o autor, ainda que as noções de espaço público e espaço urbano possam ser complementares, é necessário especificar determinadas características que qualificam, por exemplo, uma determinada rua como espaço urbano. Ele ressalta que “uma noção de espaço público requer, para qualificar como públicos determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre espaço e sociabilidade pública” (LEITE, 2001, p.217).

Buscando dar conta da diversidade dos espaços públicos e dos espaços considerados semipúblicos na contemporaneidade – shoppings centers, centros empresariais, parques temáticos, condomínios fechados, centros turísticos, etc. –, os “novos espaços públicos” e/ou os ditos espaços pseudopúblicos, Lopes (2007), em seu texto “Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público”, desenvolve a hipótese de que “os espaços públicos livres, imprevistos, concretos e periféricos poderão sustentar um reencantamento da vida urbana”.

O referido autor aponta que, no processo de observação da cidade, depara-se com um universo de espaços públicos de diversa composição e qualidade. Uns de caráter mais tradicional, com forte carga de historicidade ou mesmo de monumentalismo, enquanto outros, “recém-regenerados, com maior ou menor sucesso”. Nesse contexto, ele chama a atenção, referenciando Rogério Proença Leite, para os contra-usos do espaço público, ressaltando que é na prática espacial urbana que os espaços públicos se configuram, para além das representações do espaço segundo as lógicas dominantes: “é pela transgressão de fronteiras e pelo mover-se na fronteira que as legitimidades dominantes vão sendo, a diversos níveis, questionadas” (LOPES, 2007, p.79).

É nesse contexto que, contrapondo ao discurso sobre o atual declínio do espaço público, defendemos o Largo de Coimbra (que hoje abriga a feira de Artesanato em Pedra Sabão) – no Centro Histórico de Ouro Preto -, neste estudo de caso, como sendo um espaço público de grande vitalidade que se materializa em função da presença do comércio no local. Antigo “Largo do Mercado”, que abrigou o Mercado Municipal da cidade, o Largo de Coimbra é hoje popularmente conhecido como “Largo da Feirinha”. E, assim, referenciando Leite (2001) que argumenta que o espaço público se configura qualificando um logradouro público justamente onde incide a confluência entre espaço concreto e material da rua e as ações sociais que lhe dão sentido (LEITE, 2001), afirmamos que a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão e as ações sociais que dela desencadeiam é que qualificam atualmente o espaço público Largo de Coimbra. E é com essa concepção, associada a uma noção de sociabilidade referente a processos interativos, representativos e simbólicos relacionados às experiências vividas (LEITE, 2006), que tomamos o referido largo, um espaço apropriado por um grupo de comerciantes que instalou ali, há mais de três décadas, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão (como veremos mais adiante neste artigo). Uma apropriação ou um uso comercial do espaço público que resiste ao tempo e às políticas de embelezamento urbano.

3 ESPAÇO PÚBLICO E PATRIMÔNIO

Atualmente a tendência, nas cidades, em realçar a dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário, no qual o estético é valorizado em detrimento do simbólico, reforça o caráter alegórico dos bens patrimoniais e esvazia os sentidos simbólicos que os fazem relevantes em sua singularidade (ARANTES, 2006, p. 432). Essa é a lógica de muitas políticas de preservação, proteção, requalificação ou revitalização das cidades, responsáveis muitas vezes por expulsar as populações dos espaços públicos, desencadeando o processo que Leite (2001) define como *gentrificação*:

(...) as práticas de intervenção urbana continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrificação* do patrimônio cultural. No entanto, ao contrário de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. *As novas barricadas urbanas* reeditam política e espacialmente formas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana *pública* dos moradores frequentadores dessas áreas. (LEITE, 2001, p.2, grifos do autor).

Há diversos casos, nas questões envolvendo políticas de preservação do patrimônio cultural, que permeiam essas práticas “estratégicas” de intervenção urbana, em que se podem notar ambiguidades nos parâmetros adotados: por vezes resultam em decisões arbitrárias especialmente no que tange a questões urbanísticas, vindo a causar danos à paisagem urbana e à coletividade, na medida em que desconsideram as relações simbólicas estabelecidas por esta no local. Por outro lado, medidas que beneficiam a apropriação pela coletividade são proibidas por causarem danos ao sítio preservado (FONSECA, 2003).

Conforme lembra Fonseca (2003), é notória a contribuição das políticas de patrimônio centradas no instituto de tombamento para a preservação de edificações e obras de arte cuja perda seria irreparável. No entanto, ao associar a ideia de conservação e imutabilidade em contraposição à noção de mudança e transformação, essas políticas ressaltam o objeto em detrimento dos sentidos a ele atribuídos historicamente e cotidianamente.

Paralelamente a isso, os processos de transformação do patrimônio em mercadoria cultural, ao orientarem economicamente as políticas de patrimônio, podem desencadear outras ambiguidades, à medida que, por um lado, diversificam e potencializam as formas de interação, mas, por outro lado, não promovem sociabilidades duradouras – os laços sociais existentes nesses lugares “transformados” tornam-se por demais efêmeros. Isso justamente por não considerarem os sentidos atribuídos aos bens patrimoniais.

Conforme ressalta Leite, o problema central dessa perspectiva nem é tanto a transformação do patrimônio em mercadoria cultural, mas a ênfase no valor econômico em detrimento do valor cultural “que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de *fetichização* da cultura” (LEITE, 2001, p.58, grifo do autor).

É nesse contexto que as políticas de intervenção urbanas contemporâneas tendem a desencadear processos de *gentrificação*, buscando doutrinar os espaços, ao passo que, diante da afirmação pública dos moradores/frequentadores das áreas *gentrificadas*, a

imprevisibilidade e a transgressão cotidianas consolidam uma barreira para a dominação e desencadeiam processos de resistência.

Nesse sentido, o estudo de caso aqui apresentado, o Largo de Coimbra, pode ser considerado um exemplo de resistência, ou de *contra-uso* (LEITE, 2004), tendo em vista que houve a intenção do poder público em transformar o espaço hoje ocupado pela Feira de Artesanato em praça (o espaço chegou a funcionar como uma praça entre as décadas de 1950 a 1970, mas acabou retomando o seu uso original de espaço de comércio). Apesar de as formas de sociabilidade do referido local terem se alterado (anteriormente o Largo era um espaço de sociabilidade entre os moradores da cidade, em torno do antigo Mercado Municipal), atualmente, com a ocupação do Largo pela Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, prevalecem formas de sociabilidades entre turistas, além das sociabilidades entre os feirantes.

4 ESPAÇO PÚBLICO PARA O CONSUMO E O LAZER

O surgimento de novos espaços públicos ou espaços pseudopúblicos, em especial aqueles voltados para o lazer e o entretenimento, vem transformando a cidade contemporânea num processo que artificializa e homogeneiza os lugares da cidade, programando-os para serem consumidos.

Em seu texto “A dimensão lúdica da cidade: uma perspectiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano”, Baptista desenvolve uma discussão acerca das consequências da “modernização lúdica” dos territórios frente à emergência contemporânea de um campo lúdico.

O autor chama a atenção para a necessidade de se retroceder a dois debates da história da Sociologia e no âmbito da reivindicação social, que juntos devem referenciar a reflexão acerca de territórios programados na lógica do consumo global. O primeiro debate que o autor apresenta é sobre “o lugar do trabalho e do lazer nas sociedades contemporâneas”. A emergência de grupos “socialmente não conotados com o conflito laboral como força motriz de uma nova fase do capitalismo” (BAPTISTA, s/d, p.1), acrescido a isso o aumento do tempo livre, desde o final da Segunda Guerra Mundial, para um maior contingente de trabalhadores, trouxe à tona novas configurações e polêmicas.

Esse debate está associado a mudanças profundas nas sociedades ocidentais nas últimas décadas. Enquanto por um lado aumenta o número de indivíduos das classes sociais intermediárias, unindo-se a isso a crescente qualificação escolar e consequente competência profissional desse grupo, ampliando a capacidade de participação na vida pública e potencializando a lógica de mobilidade, por outro lado, há uma redução no número de grupos de indivíduos desprovidos de qualificação, o proletariado, e suas respectivas profissões (BAPTISTA, s/d).

Nesse contexto, há um crescente número de indivíduos que tem incorporado na programação cotidiana um tempo maior de lazer, contribuindo para que os estilos de vida lúdicos se estendam por períodos maiores, proporcionando o aumento da propensão ao consumo. Dessa forma, os agentes econômicos e políticos procuram atrair esse público através “de um dos modos mais penetrantes de transformação social e econômica: o turismo” (BAPTISTA, s/d, p.2). Como estratégia, buscam dar um uso lúdico aos espaços tomando como premissa as possibilidades da sua mobilidade. É a tal “faceta lúdica do capitalismo”, que vem conquistando cada vez mais uma enormidade de adeptos “que atribuem ao consumo o valor de felicidade terrena” (BAPTISTA, s/d, p.2).

Um segundo debate refere-se à “importância do anonimato nas sociedades dos grandes aglomerados urbanos e à necessidade de incentivar a cidadania através da promoção do espaço público” (BAPTISTA, s/d, p.2). Hoje em dia, cada vez mais os

espaços públicos se transformaram em objetos de consumo. Baptista chama a atenção para a controvérsia que se assenta na convicção que toma como certa “a morte do interconhecimento e das sociabilidades locais nestas sociedades”, conforme diagnosticado por Sennett e Caldeira. Segundo o autor, em estudos recentes, na linha de trabalho da Escola de Chicago, cuja unidade básica de estudo é a interação social, a sociabilidade eletiva é mantida numa coexistência de experiências e dinâmicas variadas por uma diversidade de grupos de interesse e de pertença, mantendo as lógicas de vizinhança e se reconfigurando num princípio de maior mobilidade das populações.

Baptista pontua que o debate sobre o espaço público apresenta-se como domínio central da vida coletiva, tendo em vista que um dos pontos cruciais desse debate se refere à questão da divergência de pontos de vista acerca dos espaços públicos nos compactos territórios das metrópoles: por um lado estão os que defendem o espaço público em “estado puro de partilha”, para convívio e usufruto ao ar livre, ao passo que, por outro lado, estão aqueles que defendem a animação lúdica desses espaços. Eis a polémica em torno do que é espaço público versus espaço privado, em que “espaços de consumo lúdico, por excelência, como os centros comerciais, ganham um estatuto indefinido”. (BAPTISTA, s/d, p.3).

Aplicado à vida dos lugares, esse debate provocou outra polémica: se de um lado as cidades são estimuladas a conceberem-se e a programarem-se como uma marca, um *big business*, redesenhando novas paisagens urbanas face à preparação de territórios para um consumo competitivo, de outro o direito de acesso universal a espaços públicos urbanos deve ser garantido. Num contexto de competição global, as cidades veem-se perante a necessidade de atrair cada vez mais visitantes. É esse processo que tem desencadeado a transformação de espaços públicos urbanos em territórios lúdicos e potencializado a disputa pelos lugares na cidade.

Nessa perspectiva da construção de lugares e demarcação de fronteiras, conforme lembra Leite (2006), a segmentação urbana existe e é legítima na medida em que, no processo de construção dos lugares, grupos imprimem suas identidades urbanas, demarcando fronteiras físicas e simbólicas e qualificando esses lugares. O que não é legítimo, conforme ressalta esse autor, é o Estado intervir nessa demarcação prática e simbólica do espaço, não para garantir a equidade dos seus usos, mas para realçar privilégios.

Nesse sentido, o que fica em aberto é o debate acerca “do lugar desvalorizado do cidadão e do cidadão em face de uma crescente perspectiva gestonária em que os poderes públicos promovem a ideia de que a cidade é antes mais para os consumidores globais que a rentabilizam”. (BAPTISTA, s/d, p.4). Baptista estabelece uma relação do apelo lúdico das cidades com um jogo: divertir-se se tornou um desejo coletivo. O autor assinala que a necessidade de manter as cidades bem posicionadas no ranking, nessa disputa global por consumidores globais, faz com que estas busquem ser cada vez mais atrativas para seduzir “e para isso não podem dispensar um *urban-appeal* renovado e intenso que permita, num planeta repleto de lugares em busca do estatuto de ‘desejado’, serem as escolhidas” (BAPTISTA, s/d, p.6).

5 O COMÉRCIO, O ESPAÇO PÚBLICO E O PATRIMÔNIO FRENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DAS CIDADES

Nesse universo no qual as cidades buscam ser cada vez mais competitivas e atrativas, as práticas de intervenção urbana buscam o embelezamento estratégico das cidades, na medida em que a atração de uma cidade está em grande parte vinculada à imagem que se faz dela nas redes globais. Nesse contexto, com a globalização da cultura e

as novas ideologias de patrimônio, o patrimônio cultural vem ganhando novos significados construídos especialmente pelo olhar externo – o olhar do turista.

O patrimônio cultural constitui, dessa forma, um importante ingrediente na estratégia promocional da cidade, numa “proliferação patrimonial” que se intensifica com a concorrência intercidades, revelando um processo universal de revalorização do patrimônio, enquanto recurso simbólico a serviço de políticas estratégicas de modernização da imagem dos lugares. E, num processo que Carlos Fortuna classifica como “destraditionalização”, os bens patrimoniais têm reinventados os seus significados social e cultural, além dos seus usos, e a marca de tradição se converte em capital da inovação (FORTUNA, 1997).

Desse modo, mais do que preservar e valorizar um bem patrimonial, é preciso pensar num retorno econômico que justifique investimentos, num processo de preservação voltada para o mercado (LEITE, 2006), custeada graças à participação de iniciativas privadas no gerenciamento das políticas de patrimônio.

Castells e Borja, ao abordarem o papel promotor do governo local no âmbito das cidades como atores políticos, assinalando a promoção interna do “patriotismo cívico” como um dos pilares do Plano Estratégico de Cidade, partem do princípio de que a eficácia de um “Projeto Futuro” está intrinsecamente relacionada com um consenso a respeito da “cidade desejada” entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Para esses autores, uma cidade realmente competitiva deve, sobretudo (além de tornar-se economicamente competitiva), oferecer qualidade de vida a seus habitantes e promover-se internamente (CASTELLS; BORJA, 1996).

No entanto, especialmente no que tange às políticas de patrimônio, o fato é que muitas vezes estas têm como única premissa a promoção externa da cidade, visando ao embelezamento dos grandes centros urbanos para atrair turistas e, conseqüentemente, capitais. Tomando a historiografia tradicional e a excepcionalidade artística, as políticas de patrimônio, muitas das vezes, desconsideram as cidades como processo social e historicamente construído, como lugares carregados de valor simbólico e referências culturais para as comunidades que nela habitam, transformando espaços da cidade em objetos de consumo, pura e simplesmente.

Gottdiener (1997) nos lembra de que a organização espacial representa a hierarquia de poder. “O design espacial, segundo o autor, é um instrumento político de controle social que o Estado usa para promover seus interesses administrativos” (GOTTDIENER, 1997, p.130). E, se por um lado algumas políticas de intervenção têm como motivação o congelamento de um passado, transformando as cidades em grandes museus a céu aberto, por outro, como ressalta Proença (2004), um tipo de intervenção tem ocasionado uma apropriação quase que privada do espaço público, segmentando e segregando áreas urbanas, desenvolvendo políticas de gentrificação e homogeneizando áreas urbanas segundo o gosto internacional. Desse modo, como afirma Castriota

sob este mesmo rótulo, vemos a implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes das cidades em verdadeiros *open-air museums*, e de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar. (CASTRIOTA, 2004, p.12).

Sob o ponto de vista da democratização dos usos dos espaços das cidades, as intervenções urbanas não são sempre negativas. A grande questão a ser colocada é a de que estas representam, tradicionalmente, grupos sociais hegemônicos, para os quais o valor econômico é privilegiado em detrimento do valor cultural original, aquele que é reflexo do sentimento de pertença das populações locais (LUCIARI, 2006, p.54).

Um dos usos ou formas de apropriações do espaço público, muitas vezes indesejadas pelos gestores públicos e por investidores privados que financiam esses processos de “destraditionalização”, nas palavras de Fortuna (1997), é o comércio popular. Um dos motivos certamente seria por ele não trazer o retorno econômico almejado e, muitas vezes, pelo fato de, no aspecto visual, o comércio impactar negativamente o espaço urbano. Como ressalta Vargas, o exercício da atividade de comércio, especialmente no que tange ao comércio varejista, e a forma como ela se manifesta fisicamente têm reflexo direto sobre a imagem física e mental da cidade, bem como sobre a qualidade ambiental urbana para a coletividade local e externa (VARGAS, 2001).

A referida autora nos lembra de que, desde os primórdios da civilização, a troca faz parte da natureza humana e proporciona sociabilidades, muitas das vezes pelo simples prazer da troca e pelo encontro social que propiciava (VARGAS, 2005). Para a autora, o comércio informa sobre a cultura, os valores, os hábitos e os gostos de um povo e, “apreciar a atividade comercial se realizando, mesmo sem nada adquirir, se conseguir, pode ser, além de tudo, uma experiência sensorial tremendamente fascinante” (VARGAS, 2005, p.12).

6 O LUGAR DE COMÉRCIO POPULAR NA CIDADE

Por se tratar de uma área de trocas e sociabilidades, é de fundamental importância que o lugar do mercado coincida com locais de passagens, de fácil acesso e proximidade entre as moradias de vendedores e compradores e a neutralidade do solo (VARGAS, 2008).

No Largo de Coimbra, no Centro Histórico de Ouro Preto, local que abrigou o antigo Mercado Municipal de Antônio Dias – construção neoclássica que viria a ser demolida pelo SPHAN em meados da década de 1940, numa ação arbitrária de cunho estético- é um bom exemplo dessa condição de lugar ideal para um lugar de mercado/comércio popular: trata-se de um lugar plano, central, de fácil e múltiplo acesso. Atualmente, a presença da Feira de Artesanato no Largo de Coimbra, estrategicamente localizada no cerne do Largo, reforça a centralidade desse lugar, contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades como turismo, cultura e lazer.

O andar fortuito (parafraseando LEITE, 2001) pelo centro histórico da cidade de Ouro Preto fatalmente conduz o caminhante ao Largo de Coimbra. Sua localização central, próxima à praça principal – a Praça Tiradentes–, favorecida pela confluência das cinco vias de acesso ao Largo, possibilita distintos trajetos e concentra um fluxo rotineiro do caminhar pelo centro histórico da antiga Vila Rica. Muitos passam pelo Largo e outros tantos vão ao Largo. No caso desses últimos, especialmente em se tratando de turistas, a ida ao Largo de Coimbra tem como um dos principais objetivos a visita à Igreja de São Francisco de Assis, que é um dos monumentos mais procurados da cidade de Ouro Preto. Atualmente, são também muitos os que se dirigem ao Largo com o principal objetivo de visitar a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão.

Alguns fatores propiciaram a ocupação do Largo de Coimbra pela Feira de Artesanato, dentre os quais destacamos: sua centralidade, sua proximidade com a Igreja de São Francisco de Assis, sua facilidade de acesso e escoamento – em especial a facilidade de acesso para carros e de estacionamento, seu aspecto planejado e, sobretudo, o fato de ter

sido ali o lugar de dois dos antigos mercados da cidade. Atualmente, as discussões acerca de mudanças, reformas ou mesmo remoção da Feira são alvos de uma disputa política um tanto “velada”. O lugar da Feira de Artesanato, já há alguns anos, está ameaçado. Recentemente, no ano de 2011, com a aprovação do projeto “Paço da Misericórdia - Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto”, que deu início às obras de revitalização da antiga Santa Casa de Misericórdia (antigo hospital municipal), o poder público municipal sinalizou que a Feira de Artesanato seria transferida para o novo Paço. A quase totalidade dos comerciantes ali instalados desaprova a retirada da Feira do Largo.

Eis que novamente, por uma ação de cunho estético, há pretensão da administração pública em suprimir o comércio do Largo de Coimbra, dessa vez, o comércio representado pela Feira Permanente de Artesanato em Pedra-Sabão.

Atualmente, grande parte dos feirantes que ali trabalham e dali tiram o seu sustento tem suas peças produzidas no distrito de Santa Rita do Ouro Preto - um distrito situado a 30 km da sede, considerada a “Capital da Pedra-Sabão”, onde várias famílias confeccionam objetos artísticos de pedra-sabão que abastecem a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra. Inclusive, muitos feirantes são oriundos desse distrito e/ou têm vínculo familiar com pessoas do referido lugar, conforme depoimentos coletados durante a pesquisa de campo. O Artesanato em Pedra-Sabão, típico da região de Ouro Preto, transmitido de geração a geração, tem o Mestre Aleijadinho como seu maior expoente, especialmente em função da igreja de São Francisco de Assis – situada no Largo de Coimbra (antigo Largo de São Francisco de Assis), um dos principais monumentos da cidade – o projeto dessa igreja, obra escultórica e talha são de autoria de Antônio Francisco Lisboa, e é considerado um de seus maiores trabalhos, obra-prima do Barroco Mineiro.

7 RESISTÊNCIAS E CONTRA-USOS DO ESPAÇO PÚBLICO – O CASO DO LARGO DE COIMBRA EM OURO PRETO

Situado no Centro Histórico de Ouro Preto, apresentando uma configuração típica do urbanismo de origem portuguesa nas Américas (CASTRIOTA, 2009), o Largo de Coimbra, desde a sua criação, é um dos espaços urbanos mais significativos da cidade. Centro político de Vila Rica na primeira metade do século XVIII, abrigando o Senado da Câmara, para a administração pública e exercício da justiça, o referido largo, além de ter se configurado como um lugar de poder – que abrigou também o primeiro pelourinho de Vila Rica, um dos símbolos do poder da metrópole, teve sua trajetória marcada como um local para uso comercial e de sociabilidade na cidade. Especialmente nos séculos XIX e XX, com a existência do rústico mercado de tropeiros que foi posteriormente substituído por um mercado em estilo neoclássico, era ali um dos principais espaços da vida social ouro-pretana.

Na década de 1920, com a redescoberta de Ouro Preto pelos modernistas, a cidade passa a sofrer um processo de homogeneização no qual a valorização estética das construções, segundo padrões modernistas, foi privilegiada em detrimento do caráter cultural, histórico e documental e dos sentidos simbólicos que as singularizam. E um dos mais importantes exemplos dessa homogeneização foi o que sofreu o Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra, que, desde a sua criação, de forma orgânica e articulado pela Igreja de São Francisco de Assis, mostra uma grande vocação para o uso comercial.



Figura1: Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra: antigo mercado de tropeiros - Fonte: Foto de Marc Ferrez (1843-1923), (FOLHA ONLINE, 2013).



Figura2: Largo de Coimbra: Igreja de São Francisco de Assis com o antigo Mercado. Fonte: Acervo IFAC (1927) apud LEMOS (2001, p.38).

Em meados da década de 1940, numa ação drástica resultante de uma decisão arbitrária, a construção neoclássica viria a ser demolida pelo SPHAN, com a finalidade de dar maior visibilidade à igreja, uma vez que a volumetria do mercado, na visão dos modernistas, concorria com a da igreja, e na tentativa de “devolver” à cidade seu aspecto colonial de origem. Junto com o mercado, suprimiu-se a memória social ali depositada – “o seu longo uso como ponto de comércio e sociabilidade é apagado, sem mais, por uma ação de inspiração puramente estética”. (CASTRIOTA, 2009, p.145).

Anos mais tarde, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão se instalaria, naturalmente, no Largo de Coimbra, e o caráter de uso comercial e de sociabilidade do Largo é retomado (FIG. 3). No entanto, a sociabilidade que prevalecia entre os moradores na época do antigo mercado deu lugar a sociabilidades entre feirantes e turistas.



Figura3: Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra. Foto da autora, em 29.09.2012

Esse histórico de intervenções no Largo de Coimbra denuncia um processo de “fetichização da paisagem” urbana - processo que, na contemporaneidade, constitui-se numa tendência internacional de tomar o patrimônio como mercadoria de consumo (LUCIARI, 2006) -, por meio de estratégias do poder político e econômico na gestão do espaço público urbano. No século XX, esse processo se deu ao apagar do Largo uma edificação, testemunha de uma época, ignorando a memória social ali depositada; visando dar maior evidência ao barroco colonial, em prol da construção de uma identidade nacional, em detrimento de outros estilos que foram considerados de menor valor. Atualmente, no século XXI, o processo tende a se repetir frente às estratégias das políticas de gestão do patrimônio, que tendem a tomar o patrimônio como mercadoria de consumo. Há um movimento do poder público local, com vistas a recuperar a imagem do Largo, que teria ficado comprometida pelo aspecto visual da Feira que estaria impactando negativamente o espaço urbano, cogitando, assim, a supressão da Feira daquele local, em mais uma ação radical, que apresenta como solução a criação de um novo espaço com vistas à valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural, como um “espaço de consumo lúdico” (BAPTISTA, 2013); voltado para o lazer e o entretenimento. Trata-se da criação do Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Afazeres de Ouro Preto, cujas obras já estão em andamento. Ao que tudo indica, seria um daqueles empreendimentos nos moldes dos contemplados nas políticas de programação lúdica das cidades, voltado para uma realocação da tradição (LEITE, 2001), realizadas em sistema de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Fatalmente mais uma área de segregação, dessa vez legitimada pelo poder público, uma vez que, conforme dados levantados durante a pesquisa de mestrado da qual resulta esse artigo, essa obra não leva em conta os anseios e aspirações dos principais atores sociais do processo – os habitantes. Um novo e nobre espaço está para ser criado com investimentos da cifra de 12 milhões de reais, e, como é natural de qualquer espaço, com delimitações de inserção e de inclusão.

No caso do Paço da Misericórdia, nossa atenção está voltada não pela delimitação *per se*, mas para uma provável refuncionalização do patrimônio cultural valorizado pelo olhar externo, em que o consumo estético do bem patrimonial se sobrepõe ao seu uso social e democrático (LUCIARI, 2006), favorecendo-se, talvez, a criação de mais um espaço urbano, desprovido de sociabilidades públicas duradouras – um “não espaço público”, aqueles onde os lugares não se estruturam. Isso, em detrimento de um espaço público repleto de sociabilidades públicas e duradouras, socialmente construído; que estrutura “o lugar” da Feira de Artesanato no Largo de Coimbra.

Esse histórico de intervenções no Largo de Coimbra nos faz pensar nos efeitos que uma intervenção urbana promove na vida cotidiana, especialmente em relação às esferas pública e privada. Assim como o Largo de Coimbra na histórica Ouro Preto, outros espaços públicos no Brasil, especialmente em cidades ditas históricas, são espaços potenciais para implantação de políticas patrimoniais homogeneizadoras que visam realçar a dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário— aqueles bens que representam, tradicionalmente, os grupos sociais hegemônicos –, numa política global de consumo dos lugares, em que as cidades buscam se tornar cada vez mais atrativas, protagonistas no âmbito econômico e social e dinamizadoras de bens simbólicos.

8 O PODER DE UM LUGAR: A VOCAÇÃO DO LARGO DE COIMBRA PARA USO COMERCIAL

A trajetória do Largo de Coimbra em Ouro Preto reflete um processo que Leite (2001) observou em seus estudos no Bairro do Recife, ao qual denomina de deslocalização e realocação de sentidos. No caso do Largo de Coimbra, um processo iniciado desde a supressão do Pelourinho do Largo, entre os fins do século XVIII e início do XIX, quando o sentido de lugar símbolo do poder colonial se desloca para o sentido de lugar do comércio e de sociabilidades entre tropeiros e quitandeiros que abasteciam a cidade e circulavam notícias em torno do rústico mercado.

A supressão do mercado e posterior instalação da praça de vivência não só deu uma nova configuração ao espaço urbano no centro histórico de Ouro Preto como especializou os usos do Largo, “delimitando modos de inserção e inclusão”, imprimindo novos sentidos àquele espaço (LEITE, 2001). O Largo, que desde a sua criação esteve voltado para atividades comerciais, teve alterado o padrão de sociabilidades com a implantação da praça, que atribui àquele local novas funções de sociabilidade, como espaço de convivência.

Nos fins do século XX, o processo de deslocalização e realocação de sentidos se dá, dessa vez, com a instalação natural da Feira de Artesanato, iniciada entre os fins da década de 1970 e início da década de 1980, resultando numa nova atribuição de sentidos àquele espaço comercial (desde sempre), dessa vez representado fortemente pela produção e comércio do artesanato em pedra-sabão. Nesse processo, o caráter de uso comercial do espaço inaugurado ainda no século XVIII se manteve, apesar das sociabilidades terem se alterado.

A Feira, ao dar o sentido de lugar ao espaço urbano Largo de Coimbra, configura-se como um espaço público legítimo, construído socialmente, à medida que, como pontua Leite (2001), “os lugares no contexto contemporâneo não se limitam a erguer muros, mas representam formas especializadas e simbólicas de estabelecer singularidades, de expressar dissensões e reivindicar direitos”. (LEITE, 2001, p.370).

A partir de um estudo etnográfico da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, auferimos que o Largo de Coimbra, que já foi o lugar dos moradores do seu entorno (quando estabelecida ali a antiga Praça), com o tempo passou a ser o lugar da Feira e, desde sempre, um lugar de comércio na cidade. Identificamos a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra como o “pedaço” dos artesãos e feirantes no Largo, a partir da compreensão postulada por Magnani (2002), em que o comportamento dos atores sociais na paisagem da cidade não é errático, mas apresenta padrões que pressupõem, segundo o autor, uma totalidade consistente.

O “pedaço”, que na perspectiva de Magnani supõe uma referência espacial – “a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre

eles”–, “trata-se de um ‘espaço intermediário’ entre o privado e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica” (MAGNANI, 2002, p.49).

Nessa perspectiva, a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra se apresenta não apenas como um contra-uso do espaço público, mais do que isso, como “um lugar” que sustenta a identidade de um grupo que imprime, nesse local, a experiência vivida, condensada em conhecimentos, linguagens, tradições, modos de uso e representações. Um lugar que tem o poder de se manter, há séculos, como “o lugar” do comércio na cidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação dos espaços urbanos nas cidades alude à simbiose espaço/população/atividades, pontuada por Santos. Nesse sentido, como reitera o autor, a renovação urbana só é aceitável se feita em ritmo paulatino, se respeitar o *timing* dessa simbiose (SANTOS, 1986).

Nessa perspectiva, compreender os processos de uso e apropriação dos espaços públicos contemporâneos requer uma reflexão acerca das sociabilidades, das representações, da vitalidade, da dimensão simbólica impressa no espaço urbano, ou seja, compreender o contínuo processo de deslocalização e realocação de sentidos. Nesse processo, está em jogo interesses de diversos grupos, numa constante tensão. Como afirma Andrade, “se a definição de um bem como patrimônio cultural material ou imaterial advém de uma atribuição de valores, o conflito já está posto”. (ANDRADE, s/d, p.1).

Conforme nos aponta Fonseca, o tombamento de centros históricos urbanos, na contemporaneidade, não pode prescindir de um amplo inventário das manifestações culturais que ali ocorrem (FONSECA, 2007). É esse o caso do lugar da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra, que, nesse processo de deslocalização e realocação de sentidos ao qual esse espaço urbano está sujeito, está íntima e inescapavelmente associada ao Largo de Coimbra – lugar da Feira há cerca de três décadas.

Nesse contexto, somando-se a isso o fato de que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes grupos sociais e diversos segmentos envolvidos na definição daqueles bens que sejam merecedores de um tratamento especial por seu valor de testemunho, é apropriado conceber as políticas de preservação “a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais” (IPHAN, 2014, p.23).

No que se refere à preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso de Ouro Preto – berço do patrimônio nacional–, ainda paira no ar um discurso de patrimônio preso à sua concepção inaugural, entendido como monumento histórico de excepcional valor, de “aura” intocável. A ocupação dos espaços urbanos nas cidades que são patrimônios alude atualmente a outros discursos que buscam congregar mecanismos de proteção que englobem a multiplicidade de usos e representações simbólicas, numa concepção contemporânea de patrimônio que transcende as políticas de patrimônio do IPHAN quando da sua criação ligada aos desdobramentos modernistas. Essa concepção inicial do IPHAN, ainda hoje, vigora em diversas políticas e ações destinadas à preservação e difusão do patrimônio cultural, que continuam a se preocupar apenas com a dimensão material do patrimônio, numa perspectiva de patrimônio histórico monumental, como se fosse possível imaginar um bem patrimonial que seja exclusivamente material (ou exclusivamente imaterial).

O contexto no qual se enquadra o presente estudo nos leva a uma reflexão acerca do “uso” do patrimônio cultural. Como expõe Meneses (2012), no que tange à fruição do patrimônio, a forma de relacionar-se que o habitante e visitantes desenvolvem com o

chamado “bem cultural” é fundamentalmente diversa – o uso cultural que os habitantes fazem do bem cultural é qualificadamente existencial e territorializada, enquanto o uso cultural do turista é desterritorializado, seccionado do seu cotidiano e, portanto, desprendido de habitualidade (MENESES, 2012). Há que se encontrar um equilíbrio nas políticas patrimoniais. Tão perverso quanto esvaziar um bem de seus sentidos legítimos e práticas originais locais em prol de uma mercantilização cultural, seria pretender negar acesso a valores que não só podem como devem ser partilhados. Como ressalta Meneses, “o que é bom é para ser dividido – e se trouxer benefícios econômicos, tanto melhor” (MENESES, 2012, p.29).

Atualmente, numa abordagem contemporânea, em que patrimônio cultural – em seu conceito contemporâneo ampliado – e a necessidade de uma promoção global das cidades com a produção de espaços públicos para o turismo e o lazer parecem estratégias dicotômicas, a necessidade de se empreenderem estudos e políticas sobre patrimônio e espaço público requer uma nova orientação. As intervenções no tecido urbano das cidades contemporâneas devem levar em conta o “tecido vivo” das cidades, os “lugares praticados”. As formas de uso e apropriação dos espaços públicos das cidades pelos usuários e moradores trazem pistas vitais para a gestão do ambiente urbano.

Nesse contexto, as políticas de preservação *versus* crescimento e promoção das cidades precisam trazer em seu bojo as soluções populares dos cidadãos e cidadãos – agentes diretamente envolvidos no processo –, mesmo quando elas escapam à estética dos que detêm o controle da preservação e ainda que não contemplem modelos internacionalmente difundidos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **Espaços semipúblicos como patrimônios imateriais.** s/d. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br/luciana_argentina.pdf. Acesso em 23 mar. 2012.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. **Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos.** 2013. Não publicado.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. **Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n.21, p. 131-151, primeiro semestre 2009.

ARANTES, Antonio A. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana.** *Rev. Habitus*, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ÁVILA, Affonso. **Ouro Preto: a cidade e a cidadania.** In: ÁVILA, Affonso; ÁVILA, Cristina; SIMÕES, Josanne Guerra. **Imagens de Minas: cidades históricas, Ouro Preto.** Belo Horizonte: Neoplan, 2008.

BAPTISTA, Luís Vicente. **A dimensão lúdica da cidade: uma perspectiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano.** 2013. Não publicado.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et al. **Teoria da cultura de massa**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CANCLINI, Néstor Gracia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, v. 23, p. 94-115, 1994.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 12, 2004, Belo Horizonte. *Anais*. p. 9-31.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 351p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação)**. *Caderno de Estudos do PEP*. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2007. p. 69-73.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (org.). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do patrimônio: antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: ABA/Nova Letra, 2007.p. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, Edusp, 1997.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63p. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18245&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 21 jan. 2014.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. **Cidade e espaço público:** política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, v. 23, n. 60, 2010.

LEMOS, Paulo et al. **Ouro Preto: 300 anos de imagem.** Org. Paulo Lemos. Ouro Preto:Ed. L.E.Graphar, 2001. 160p.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades:** antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 73-88, fev.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência contemporânea. Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju-SE: Editora UFS, 2004. Disponível em:<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewDownloadInterstitial/221/175>. Acesso em: 23 jun. 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares:** usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp,Campinas, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Localizando o espaço público:** gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 83, p.35-54, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/436>. Acesso em: 25 set. 2013.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **A cidade e seus agentes:** práticas e representações. 1.ed. São Paulo/Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006.p. 23-44.

LOPES, João Teixeira. **Andante, andante:** tempo para andar e descobrir o espaço público. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, v. 17/18, p. 69-80, 2007/2008. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5508.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Patrimônio cultural:** uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), Rio Claro - SP, v. 31, p. 47-60, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural:** uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais...*, v.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto:** uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 22, p. 108-122, 1987.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça (org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo**. *Revista Projeto*, n. 86, São Paulo, abr. 1986.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. Geosp, São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.

VARGAS, Heliana C. **Comércio e cidade: uma relação de origem**. Portal do Jornal Estado de São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2000_vargas_comerciocidaderelacaorigem.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **Do espaço de troca ao espaço do consumo: a permanência do local frente ao global**. In: ICA – CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53., 2009, México. *Anais...México*, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2008_vargas_trocaconsumo.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **Comércio varejista e as políticas urbanas: uma difícil conversa**. Sinopses. São Paulo: FAUUSP, n. 34, p. 20-30, abril de 2001. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2001_vargas_comerciovarejista politicas.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **O lugar da arquitetura e a imagem do comércio**. *IHU on-line*. 15/08/2005. Shopping Centers: ilhasurbanas. Ano 4. 151 ed. p 11-12. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2005_vargas_ihuonline.pdf. Acesso em: 23 fev. 2013.

Resistance and counter-uses of public space front the strategies of urban beautification policies – the case of the Largo de Coimbra at Ouro Preto-MG

Abstract:

This article, that is part of the dissertation, defended at the “Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas”, entitled “The Power of a Place: Memories, uses and representations of Largo de Coimbra (Ouro Preto / MG)” proposes a discussion about the tension between heritage and commercial use of public spaces. We seek in this context to discuss issues of transformation and seeming decay of public space in modern life; urban programming strategies of cities to consumption and leisure, and the issue of heritage in this universe, taken as real estate capital that often triggers gentrification processes against the strategies of urban beautification politics. To this objective, we take as analysis object public space of Largo de Coimbra, in the historic city of Ouro Preto (Minas Gerais), contemplating the transformations undergone by this urban space which trajectory coincides with the trajectory of Ouro Preto preservation politics throughout the twentieth century.

Keywords: Public space. Cultural heritage. Urban planning. Ouro Preto.

Artigo recebido em 06/11/2014. Aceito para publicação em 10/03/2015.